

ASTFADCE



DIREITOS TRABALHISTAS

Senador Wilder comemora 50 anos de criação do FGTS

DÍVIDAS DOS ESTADOS

Marconi participa de reunião com presidente do STF



LAILSON DAMASO



CERRADO



Goiânia, QUARTA-FEIRA, 14 de setembro de 2016

- www.wildermorais.com.br
- facebook.com/wildermorais
- instagram.com/wildermorais
- twitter.com/wildermorais

CONCERTO NO CCON

O som que vem das cidades



PIVABY.COM

CONCERTO

Orquestra mostra o som que vem das cidades

WELLITON CARLOS

A Orquestra Filarmônica de Goiás apresenta nesta quinta-feira, 15, no Centro Cultural Oscar Niemeyer, um concerto tendo em vista aproximar compositores de épocas diferentes conforme as cidades em que escreveram ou pensaram suas músicas.

A abordagem, digamos, mais “sociológica” do maestro Neil Thomson é voltada para revelar que os músicos habitam os espaços onde escrevem suas composições ou onde imaginavam estar. Eles são, enfim, muitas vezes influenciados pelas dinâmicas das cidades com suas velocidades urbanas, ritmos de vida ditados pelo trabalho, sonoridades barulhentas e incessantes sociabilidades.

Sob a regência de Neil Thomson, serão apresentadas obras que buscam transmitir - por meio da música - as características que estão presentes na vida urbana dos grandes centros.

O concerto terá, por exemplo, a “Sinfonia n. 31”, em ré maior, de W. A. Mozart. Apelidada de Sinfonia Paris, a obra tem um lépido início em ‘allegro assai’. Começa com um ré oitavado em semibreve (nota bastante demorada) e segue com mais três marcações vivas de ré e se desenvolve na escala consonante, de ré médio ao ré mais agudo. Depois expõe um desenvolvimento expressivo e bastante clássico, no sentido organizacional da composição mozartiana.

Enquanto os violinos fazem toda a escala oitava (de ré a ré), obôe, clarinete e fagote apenas anunciam as notas oitavadas iniciais (justamente as mais cheias e enunciativas).

A composição tem quatro movimentos: allegro assai, andante, alegre e andante. O mais belo é o intermediário andante, que mostra um Mozart aos modos franceses, educado, otimista e refinado.

Mozart foi para Paris em busca de sucesso e dinheiro. Todavia, recebeu poucas encomendas musicais. Para piorar, a mãe que o acompanhava na viagem ficou doente, deixando o compositor preocupado em sua estadia em Paris. Tanto a sinfonia 31 quanto a 32 mostram um Mozart maduro e cheio de musicalidade, adstrito a pegar só o que o tornava feliz ao seu redor.

Outra peça que será apresentada pela Orquestra Filarmônica de Goiás diz respeito a Londres, com a abertura de “Cockaigne”, escrita pelo compositor Elgar. A música remete ao estilo de vida da cidade, principalmente ao aspecto da boemia, da gula, das animadas refeições. Surgem imagens religiosas (sinos), sons de

banda (Exército da salvação), com grande sentido orquestral. A música começa em um forte 4/4 e se desenvolve para expressivos fraseados em dó maior.

Traduzida para Cocanha, “Cockaigne” é uma referência a um país mitológico popular na Idade Média. Nele, não havia trabalho e o alimento, a bebida e o sexo era abundante. Talvez seja esta a referência desejada por Elgar ao significar o termo e o relacioná-lo com Londres.

BUZINAS

Do contemporâneo Steve Reich, a orquestra interpreta “City Life”, a composição mais diferente da noite, pois flerta com o minimalismo e musicalidades contemporâneas. Escrita em 1995, a peça é uma aventura nos sons da cidade moderna e traz colagens, sirenes (ao estilo de Edgar Varèse) e sonoridades pops aliadas a frases instrumentais que colocam a música mais como um retrato da instrumentalidade não erudita - em muitos momentos, relembra as ousadias sérias de Frank Zappa, talvez mais profícuo do que Reich nesta tentativa de fazer música erudita na cidade.

Por fim, a orquestra goiana interpreta o Poema Sinfônico “São Paulo”, do compositor brasileiro Orestes Farinello - artista muito estudado e reverenciado nos círculos musicais goianos.

A Orquestra Jovem de Goiás já tem interpretado insistentemente a obra de Farinello. O autor foi tema de mestrado de Eliseu Ferreira da Silva, na Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás (UFG).

É uma música moderna, mas com grande apreço às consonâncias e frases belas. A composição retrata, de certa forma, o olhar de Farinello para São Paulo e sua religiosidade. Sons de sinos marcam o drama da cidade, junto aos movimentos apaixonados dos violinos empolgados com arpejos, marcando paisagens através de percussões.

SERVIÇO

Concertos Especiais - Vida na Cidade

Data: 15 de setembro de 2016

Horário: 20h30

Local: Centro Cultural Oscar Niemeyer

Regente: Neil Thomson

Programa:

W. A. Mozart: Sinfonia No. 31, K. 297(300a), “Paris”

S. Reich: City Life

O. Farinello: São Paulo (Poema Sinfônico)

E. Elgar: Overture “Cockaigne” (In London Town)



Do contemporâneo Steve Reich, a orquestra interpreta “City Life”, a composição mais diferente da noite, pois flerta com o minimalismo e musicalidades contemporâneas



O concerto terá, por exemplo, a “Sinfonia n. 31”, em ré maior, de W. A. Mozart, apelidada de Sinfonia Paris



Abordagem do maestro Neil Thomson é voltada para revelar que os músicos habitam os espaços onde escrevem suas composições ou onde imaginavam estar

DIRETIROS TRABALHISTAS

Senador Wilder comemora 50 anos de criação do FGTS



AGÊNCIA SENADO

JOÃO CARVALHO

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é uma grande conquista dos trabalhadores no Brasil. A opinião é do senador Wilder Moraes (PP) ao falar sobre os 50 anos da criação do FGTS, completados na terça-feira, 13. "Nesse meio século de existência do Fundo muitas foram as conquistas para o trabalhador e também para o Brasil, que usa esses recursos em investimentos de infraestrutura em praticamente todas as áreas", disse Wilder.

O FGTS conta hoje com um total de R\$ 498 bilhões em ativos, patrimônio líquido superior a R\$ 100 bilhões e se consolida como um dos principais agentes de desenvolvimento do país. Nesse período de 50 anos, mais de R\$ 426 bilhões foram aplicados em obras de moradias populares, rodovias, portos, hidrovias, aeroportos, ferrovias, energia renovável e saneamento básico. "Os números em valores e investimentos nos dão a real dimensão da grandeza e da importância desse fundo para todos os brasileiros", afirma Wilder.

Segundo informações do Ministério do Trabalho, hoje são mais de quatro mil municípios do País com obras financiadas pelo FGTS. "Esse fundo tem uma relevância social das mais importantes para o Brasil, além dos impactos produzidos para o trabalhador no momento em que é desligado

de uma determinada empresa", comentou Wilder.

Considerado como o maior fundo da América Latina, o FGTS, ainda de acordo com o Ministério do Trabalho, deve manter os investimentos em habitação e infraestrutura e pode ultrapassar R\$ 218 bilhões até 2019, conforme orçamento aprovado pelo Conselho Curador.

Criado no dia 13 de setembro de 1966, o FGTS funciona como uma poupança paga pelo empregador em nome do empregado, equivalente a 8% da remuneração, sem descontar do salário do trabalhador. Desde sua criação, já foram realizados mais de R\$ 702 milhões de saques das contas vinculadas, totalizando mais de R\$ 890 bilhões injetados na economia brasileira. Em 2015, os trabalhadores realizaram R\$ 37,8 milhões de saques, num total de R\$ 100 bilhões, nas 31 modalidades previstas em lei. Atualmente, o Fundo conta com R\$ 37,6 milhões de contas ativas, que recebem depósitos mensais regulares, efetuados por R\$ 4,2 milhões de empregadores.

O Fundo de Garantia apresentou evolução expressiva em todos os seus números nessa última década. O ativo total do Fundo avançou 167% no período – de R\$ 186 bilhões para R\$ 498 bilhões. O patrimônio líquido saltou 376%, desde 2006, saindo de R\$ 21 bilhões para os atuais R\$ 100 bilhões. A arrecadação bruta do FGTS, que era de R\$

36 bilhões anuais, alcançou R\$ 114 bilhões; uma evolução de 216% no período. O total de contas administradas também cresceu: o Fundo possuía 514 milhões de contas vinculadas e hoje o total ultrapassa 719 milhões.

São números, de acordo com Wilder Moraes, que não deixam dúvidas sobre a importância do FGTS e da necessidade de fortalecê-lo ainda mais. "Só temos motivos para comemorar com a existência do Fundo, afinal, ele tem sido um instrumento que assegura desenvolvimento e mobilidade social para muitas famílias", ressaltou Wilder.

Ainda de acordo com o Ministério do Trabalho, ao longo de sua existência, o FGTS investiu cerca de R\$ 360 bilhões – em valores nominais – para o financiamento de 10 milhões de moradias, beneficiando diretamente 58 milhões de brasileiros.

A estimativa é que mais de 18 milhões de empregos tenham sido gerados ou mantidos pelas obras financiadas. Nos últimos 10 anos (2006 a 2015), o Fundo foi responsável por 52% das unidades habitacionais contratadas no Brasil. Isso representa 3,9 milhões de moradias, de um total de 7,67 milhões, incluindo as unidades contratadas com recursos da poupança (SBPE). Apenas em 2015, foram financiadas 526 mil unidades com recursos do FGTS, o que equivale a 60,6% do total de 868 mil unidades financiadas no país.

CRISE

Marconi e outros 25 governadores discutem dificuldades dos estados durante reuniões em Brasília



LAILA OLIVEIRA/AGÊNCIA

Ao lado de outros 25 chefes de governos estaduais, o governador Marconi Perillo passou esta terça-feira, 13, em Brasília em reunião no Supremo Tribunal Federal – STF, Câmara dos Deputados e Ministério da Fazenda. Às 9 horas, os governadores reuniram-se com a nova presidente do STF, ministra Cármen Lúcia. O encontro foi solicitado pela própria presidente dias antes de sua posse no cargo, ocorrida ontem. Durante cerca de três horas, os governadores discutiram uma pauta federativa que engloba temas como segurança, saúde, dívidas dos estados e guerra fiscal dentre outros.

Segundo o governador Marconi, a ministra se mostrou

comprometida em desenvolver ações concretas que possam melhorar o ambiente na federação. Todos os governadores ressaltaram a importância dessa iniciativa pioneira do STF em iniciar uma agenda com os governadores. "Estamos muito satisfeitos com a preocupação da presidente Cármen Lúcia em relação a determinados temas que hoje são mitigados no STF", disse o governador, acrescentando que ela quer acelerar a solução das pendências dos governos dos estados.

Cármen Lúcia informou aos governadores que há mais de 200 mandados de segurança tramitando no STF que dizem respeito à guerra fiscal, disputa entre estados e que ela

pretende buscar uma conciliação entre os entes federativos. "Demonstrou uma grande preocupação com o Sistema Penitenciário, especialmente pediu empenho dos governadores para que garantam centros de referência para as mulheres presidiárias terem um ambiente adequado para darem à luz fora do ambiente carcerário", afirmou Marconi.

Os governadores manifestaram preocupação com decisões judiciais por liminares que aumentam muito o custo dos estados. "Ficou combinado que nós manteremos esse fórum permanente de diálogo com o STF no sentido de fortalecer uma agenda federativa", acrescentou Marconi.

Governadores buscaram soluções para enfrentar a crise

SENADOR WILDER NA MÍDIA

14 Setembro, 2016 | Brasil, Goiás, Governo, Política | No comments

Proposta do senador Wilder aumenta punição para improbidade administrativa



Facebook 0

Twitter 0

Google+ 0

More

A necessidade de moralizar a política tornou-se uma obrigação para a maioria das instituições públicas.

De repente, Polícia Federal, Ministério Público e parcela considerável da classe política passaram a cobrar ações concretas que freiem a malversação dos recursos públicos e a produção

de uma imagem negativa da política e das instituições.

O senador Wilder Moraes, por exemplo, quer impedir a posse de candidatos condenados civilmente e administrativamente. Ele apresentou o projeto de lei 130/2015, em que altera a Lei nº 8.429/92, a norma que trata da improbidade administrativa no Brasil.

A proposta que já está na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ) pode ser um divisor de águas nos casos de corrupção que envolvem políticos já conhecidos por suas práticas negativas com o poder público.

Wilder afirma que a mudança do artigo 12 da lei poderá moralizar as instituições, retomando a confiança da população. "A sensação de impunidade que tanto tem indignado a população brasileira decorre, muitas vezes, da demora ou ineficiência na aplicação de normas e sanções já estabelecidas em lei", diz o senador de Goiás.

BLOG DO AMARILDO

Noticias do DF e Entorno

PRINCIPAL

EDIÇÕES ANTIGAS

POSTS ANTIGOS

VÍDEOS

MANDE SEUS VÍDEOS

CONTATO

Pesquisar ...



Proposta do senador Wilder aumenta punição para improbidade administrativa

13 de setembro de 2016 | admin | Geral

A necessidade de moralizar a política tornou-se uma obrigação para a maioria das instituições públicas. De repente, Polícia Federal, Ministério Público e parcela considerável da classe política passaram a cobrar ações concretas que freiem a malversação dos recursos públicos e a produção de uma imagem negativa da política e das instituições. O senador Wilder Moraes, por exemplo, quer impedir a posse de candidatos condenados civilmente e administrativamente. Ele apresentou o projeto de lei 130/2015, em que altera a Lei nº 8.429/92, a norma que trata da improbidade administrativa no Brasil.

A proposta que já está na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ) pode ser um divisor de águas nos casos de corrupção que envolvem políticos já conhecidos por suas práticas negativas com o poder público. Wilder afirma que a mudança do artigo 12 da lei poderá moralizar as instituições, retomando a confiança da população. "A sensação de impunidade que tanto tem indignado a população brasileira decorre, muitas vezes, da demora ou ineficiência na aplicação de normas e sanções já estabelecidas em lei", diz o senador de Goiás.

Retorno

Wilder observa que a atual redação da Lei de Improbidade estabelece a perda da função pública como sanção à prática de qualquer dos tipos de improbidade. Todavia, a norma não veda explicitamente o retorno daquele que praticou o ilícito aos quadros do serviço público, seja para um cargo de livre provimento, seja em decorrência da aprovação em concurso público.

"O que se pretende com a alteração proposta é exatamente estabelecer o impedimento desse retorno, por prazo entre três e dez anos, de acordo com a gravidade do tipo de improbidade praticada", afirma.

O senador Wilder acredita que após a aprovação da medida haverá condições para quem praticou atos contra o patrimônio público — de forma intencional ou não — não possa voltar imediatamente ao serviço público.

Nesse sentido, a proposta de reforma da lei tem efeito preventivo, pois impede que o servidor volte a cometer as mesmas

ESPORTE-GERAL

GASTRONOMIA



Morador da Candangolândia ganha Brasileiro de Jiu-Jitsu



La Bella Café: sucesso garantido pela qualidade dos produtos

13 de junho de 2016

admin

Destaque das Cidades, Esporte-Geral, Jiu-Jitsu

9 de setembro de 2016

admin

Gastronomia

GUARÁ HOJE – EDIÇÃO 178

Leia a edição 178

Baixe a edição 178



NEGÓCIOS

Empresários da cidade investem em produtos naturais orgânicos

UTILIDADE

Precisa de Casa? Veja como escolher um imóvel

Atenção

Atenção às regras sobre posse de armas e de licenciamento de veículos



Paradas do desrespeito nas avenidas do Guarará

A população tem direito de exigir respeito e segurança nas ruas. No entanto, a falta de manutenção das avenidas e a falta de fiscalização são fatores que contribuem para a sensação de insegurança e desrespeito.



Espírito Santo de

FATO

Quarta, 14 de Setembro

HOME EDITORIAS ARTIGOS

HOME > GERAL

Avança projeto que simplifica exploração de rochas ornamentais

13.09.2016

Facebook

Twitter

Google+

Foi aprovado na manhã desta terça-feira (13) na Comissão de Minas e Energia da Câmara o projeto do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) que simplifica as normas para exploração de rochas ornamentais, como granito, mármore e ardósia, usadas como revestimento de pisos, bancadas, paredes, entre outros.

O projeto (PLS 773/2015), que segue para a Comissão de Constituição e Justiça em caráter terminativo, abre a possibilidade de exploração de rochas ornamentais apenas com licenciamento. Pelas regras em vigor, esse tipo de extração mineral está submetido a regimes de autorização e concessão.

Hoje, explica Ricardo Ferraço, é o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que autoriza ou concede a exploração de lavra, seguindo procedimentos que podem levar até cinco anos.

Para reduzir esse tempo, contou, tem sido adotada a Guia de Utilização, documento que autoriza a lavra em fase experimental, mas não tem a segurança jurídica de concessão. "O que deveria ser exceção virou regra", completa Ferraço. Ele informa que, em 2014, foram emitidas 1.083 Guias de Utilização e outorgadas apenas 281 portarias de concessão de lavra.

Com o projeto, Ricardo Ferraço quer enquadrar a exploração de rochas ornamentais no regime especial previsto na Lei 6.567/1978, tratamento dado, por exemplo, a rochas e minerais de uso imediato na construção civil, conhecidos como agregados.

Produção

Ricardo ressalta que o Brasil está entre os maiores produtores e exportadores mundiais de rochas ornamentais. Ainda em 2014, frisou, o Brasil produziu cerca de 10 milhões de toneladas, das quais 6,6 milhões ficaram no mercado interno e 3,4 milhões foram exportadas.

"São 1.200 variedades de rochas e 1.500 pedreiras ativas, que geram 120 mil empregos diretos e 360 mil indiretos. Cerca de 300 empresas exportadoras vendem para mais de 100 países e, em 2014, trouxeram para o país mais de US\$ 1,27 bilhão", completou.

Favorável ao texto, o relator, senador Wilder Moraes (PP-GO), apresentou emenda para incluir argilas e carbonatos de cálcio e de magnésio usados para a fabricação de produtos utilizados na construção civil e na indústria de cimento.

FOLHA DO SUDOESTE

34%

O JORNAL MAIS LIDO DO INTERIOR GOIANO

NACIONAL

ESTADO

CIDADES

POLÍTICA

ECONOMIA

AGROFOLHA

POLÍCIA

EDUCAÇÃO

RELIGIÃO

Proposta do senador Wilder aumenta punição para improbidade administrativa

13TH, 2016 | POLÍTICA, SEM | 0 COMMENTS

Facebook

Twitter

Google+

LinkedIn

Pinterest

POLÍTICA



A necessidade de moralizar a política tornou-se uma obrigação para a maioria das instituições públicas. De repente, Polícia Federal, Ministério Público e parcela considerável da classe política passaram a cobrar ações concretas que freiem a malversação dos recursos públicos e a produção de uma imagem negativa da política e das instituições. O senador Wilder Moraes, por exemplo, quer impedir a posse de candidatos condenados civilmente e administrativamente. Ele apresentou o projeto de lei 130/2015, em que altera a Lei nº 8.429/92, a norma que trata da improbidade administrativa no Brasil.

A proposta que já está na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ) pode ser um divisor de águas nos casos de corrupção que envolvem políticos já conhecidos por suas práticas negativas com o poder público. Wilder afirma que a mudança do artigo 12 da lei poderá moralizar as instituições, retomando a confiança da população. "A sensação de impunidade que tanto tem indignado a população brasileira decorre, muitas vezes, da demora ou ineficiência na aplicação de normas e sanções já estabelecidas em lei", diz o senador de Goiás.

RETORNO

Wilder observa que a atual redação da Lei de Improbidade estabelece a perda da função pública como sanção à prática de qualquer dos tipos de improbidade. Todavia, a norma não veda explicitamente o retorno daquele que praticou o ilícito aos quadros do serviço público, seja para um cargo de livre provimento, seja em

PESQUISE NO SITE

Search Folha do Su

D	S	T	C
4	5	6	7
11	12	13	14
18	19	20	21
25	26	27	28
« AGO			

Seu nome (obrigatório)

Seu e-mail (obrigatório)